

VISIBILIZANDO A MULHER NO ESPAÇO PÚBLICO: A PRESENÇA DAS MULHERES NAS UNIVERSIDADES

Regis Glauciane Santos de Souza¹
Cecília Maria B. Sardenberg²

Resumo: Este trabalho se configura como processo de escrita inicial da minha dissertação, cujo tema é – “A Universidade e as Relações de Gênero: o acesso e as Experiências Vivenciadas pelas Mulheres nas Instâncias de Poder”, sendo desenvolvida no Programa de Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPG/NEIM/UFBA). Tem como objetivo analisar como se articulam as relações de gênero nas instâncias de poder (deliberativas e executivas), identificando formas de acesso e ocupação dessas instâncias, bem como as experiências vivenciadas pelas mulheres no exercício de suas funções. Aqui, busco contextualizar a construção histórico-cultural das relações de gênero nas IFES, discutindo as mudanças ocorridas entre os séculos XX e XXI no que tange à participação das mulheres nas universidades, trazendo o histórico da UFBA para análise e reflexão, a partir de um olhar feminista. Busco trazer, também, uma discussão sobre a necessidade de visibilizar as mulheres nos espaços públicos, problematizando o processo educacional das mulheres no Brasil e seu acesso à educação superior.

Palavras-chave: Mulheres. Espaços Públicos. Visibilidade/invisibilidade. Educação.

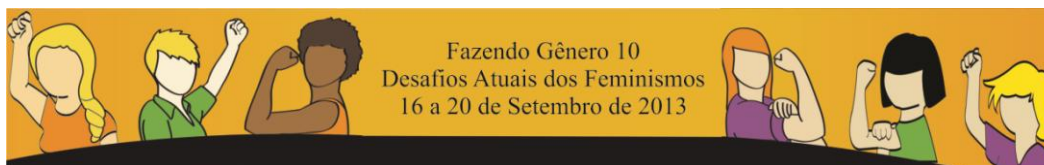
Introdução

Partindo do princípio de que as mulheres representam atualmente um grande contingente no contexto das universidades brasileiras, que sua inserção vem crescendo significativamente, tanto como discentes, quanto docentes e visto que esta é uma realidade no contexto da Universidade Federal da Bahia - UFBA, onde apesar de termos uma reitora mulher, as mulheres ainda não alcançaram as instâncias decisórias de forma mais expressiva, perguntamos: visibilidade ou invisibilidade das mulheres nas universidades? Nesse contexto, tratar da visibilidade das mulheres nos espaços públicos implica questionar as práticas e concepções tradicionais para visibilizá-las, como possibilidade de alargar as zonas de conhecimento do contingente feminino que, historicamente, se constituiu nos espaços privados, mas que transitou para o público, mesmo encontrando ainda hoje as portas só “entreabertas”.

Por conseguinte, é necessário falar desse contingente feminino não só pela sua ausência nas esferas de poder da administração universitária, em função dos limites impostos às mulheres e seu retardamento no que tange ao acesso a esses espaços e os desafios encontrados, mas também, por

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPG-NEIM/UFBA. Professora da Secretaria Municipal da Educação do Salvador/BA – Brasil.

² Professora Permanente do PPG-NEIM/UFBA. Salvador/BA – Brasil.



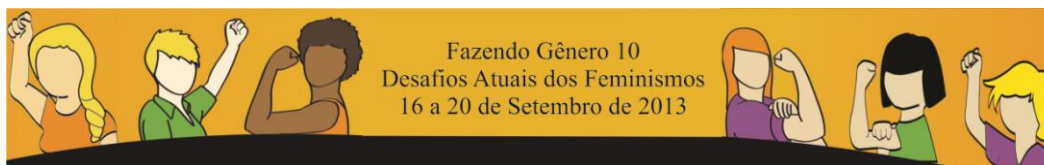
sua inserção que já é numerosa e significativa, ultrapassando em muitas áreas a presença de homens, inclusive em antigos redutos ditos ‘masculinos’, como no caso da medicina.

O histórico limitador das mulheres nos espaços públicos está atrelado e, sobretudo, ancorado na cultura hegemônica androcêntrica e nas desigualdades de gênero, restringindo as mulheres sempre aos espaços privados, à “natureza”, ao cuidar e procriar. Na produção científico-acadêmica, essas restrições se ancoram ainda nos valores e modelo de racionalidade das ciências ocidentais modernas hegemônicas, num saber-poder que tem historicamente excluído às mulheres.

Tal ciência hegemônica – que tem por sujeito o homem, branco, burguês, de países desenvolvidos, ou mesmo em “desenvolvimento” (para ressaltar a especificidade acadêmica em nosso país e as diferenças de gênero existentes), construiu uma historiografia sem mulheres e sem a presença destas, estando às experiências das mulheres e sua participação na produção do conhecimento na invisibilidade.

Porém, a partir dos anos 1960, as mulheres, como um grupo mais organizado, vão criticar essa forma de fazer ciência – positivista, androcêntrica - trazendo importantes contribuições para a mudança de paradigmas no esteio do advento das teorias pós-modernas e suas propostas desconstrutivistas. As feministas irão propor um projeto de ciência alternativo e democrático – feminista, de múltiplas falas, de múltiplos atores e sujeitos, com perspectivas de análises sociais concretas, opondo-se ao modelo cartesiano de verdades universais. Uma das principais críticas do feminismo será precisamente a essa forma de pensar do conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual civilizado do Primeiro Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência (RAGO, 1998).

Com efeito, o pensamento feminista se opõe radicalmente ao ideal de objetividade trazido das Ciências Naturais para as Ciências Humanas, ressaltando não apenas que o conhecimento é sempre situado (HARAWAY, 1995), mas que o conhecimento engajado não se opõe à busca da objetividade. Ao contrário, ao reconhecer a parcialidade de todo e qualquer conhecimento, o projeto feminista nas ciências, particularmente no que diz respeito às epistemologias feministas perspectivistas, se volta para a construção de uma ‘objetividade forte’, justamente por se reconhecer situada e, assim, ‘parcial’ (HARDING, 1996). Essas epistemologias asseveram também a relevância da ‘emoção’ e, assim, da presença da subjetividade na produção de conhecimento (JAGGAR, 1997). Trata-se de novas formas de conceber a produção teórica por meio de um projeto feminista de ciência alternativa, que se quer potencialmente emancipador (SARDENBERG, 2002). A entrada de novos temas relativos à mulher na academia se fez em grande parte pela pressão crescente



daquelas que invadiram as universidades e criaram seus próprios núcleos de estudo e pesquisa, a partir dos anos setenta do século XX (RAGO, 1998).

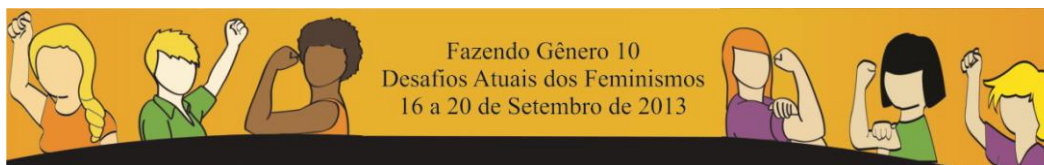
No tocante à história, as mulheres buscaram um novo rumo, de modo a modificar tanto seu objeto, quanto o ponto de vista inicial, tal como observa Perrot:

Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhado na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança (PERROT, 2007, P. 16).

Para Perrot (2007), em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas, mas elas vêm rompendo com esses padrões. De fato, as mulheres têm buscado maciçamente sua inserção nos espaços públicos e, não obstante, “têm reivindicado cada vez mais seus direitos de cidadania e aberto novas formas e espaços de lutas” (RAGO, 2003, P. 07). Daí a relevância de se visibilizar essas mulheres, conhecer sua história, falar de suas experiências, seus desafios e mudanças sociais ocorridas.

Os estudos feministas têm procurado superar os caminhos estabelecidos pela lógica androcêntrica e com seus estudos analíticos, romper com os modelos de dominação. Investem numa lógica na qual o diferente e a historicidade possam ser incluídos. Perrot (2007) argumenta que, se o clima intelectual muda, a maneira de escrever a história também muda. Por certo, um dos fatores dessa mudança se refere à presença das mulheres nas universidades. (PERROT, 2007).

Neste estudo, portanto, temos como propósito investigar e analisar como vem se dando o processo de inserção das mulheres nas universidades brasileiras e, mais propriamente, na Universidade Federal da Bahia, seja como discentes ou como docentes, atentando, no caso dessas últimas, para sua presença nas instâncias decisórias, tanto consultivas quanto executivas. Neste intuito, nos valem das sugestões Rosemberg e Madsen (2011) -, inspiradas, por sua vez, nas contribuições da cientista política feminista Fraser (2007) e outras autoras que vem se alinhando a essa corrente de pensamento - para que se faça uso de um “olhar tridimensional” na análise das questões de gênero na educação formal. Em particular, elas sugerem que se leve em conta, não apenas as ‘políticas de redistribuição’, que dizem respeito aos indicadores de acesso e progresso das mulheres na educação, mas também o que se caracterizaria como “políticas de reconhecimento”, referindo-se a mudanças no conteúdo do ensino-aprendizagem no tocante às representações e relações de gênero. Ou seja, em que medida temos avançado em termos da “desconstrução” das ideologias e desigualdades de gênero no currículo escolar, nas práticas de ensino-aprendizagem, no conteúdo e linguagem dos livros utilizados, etc. Por último, as referidas autoras chamam atenção para a necessidade de se analisar também as “políticas de representação” no ensino, quer dizer, as



políticas que dizem respeito à “ocupação de posições de poder/comando no campo da educação por homens e mulheres”, incluindo-se aí também sua presença nas organizações sindicais (ROSEMBERG; MADSEN, 2011, P. 393).

No tocante a este trabalho, contudo, nos limitamos apenas a uma primeira discussão sobre os processos de criação da UFBA e a inserção de mulheres como estudantes nos cursos, sobretudo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, criado com vistas à inserção feminina, tratando mais diretamente das ‘políticas de redistribuição’ no período da criação da UFBA, em 1946, até fins do século XX.

O Processo Educacional no Brasil - A Inserção das Mulheres na Universidade Federal da Bahia (UFBA)

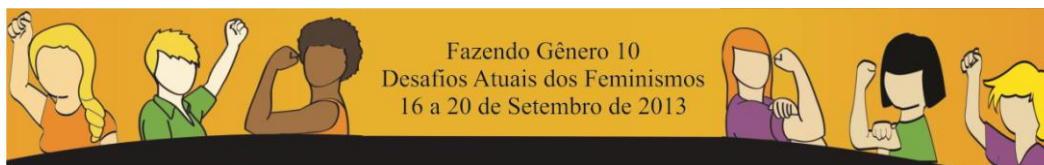
No seu estudo sobre a ‘criação do patriarcado’, Lerner (1990) observou que, desde que existe o sistema patriarcal, as mulheres sempre se encontraram em uma situação de desvantagem educativa e foram privadas das condições para criarem pensamentos abstratos. Não foi, pois ao acaso que o direito das mulheres à educação foi uma das primeiras bandeiras feministas.

No Brasil, o início da luta por esse direito data do século dezenove, mas será somente a partir dos anos 1960 que as mulheres brasileiras começarão a ter presença, de fato, no ensino superior. Na Bahia, isso não foi diferente.

De acordo com Passos (1999), em meados do século XIX, a cidade de Salvador já era considerada um dos centros culturais do Brasil, com uma Faculdade de Medicina e de Farmácia criadas em 1832 e também pela existência de focos de cultura europeia, como companhias de teatro que concorriam com a cidade do Rio de Janeiro (PASSOS, 1997).

Entretanto, mesmo diante dessa importante disseminação cultural, no início do século XX, os cursos superiores existentes na Bahia aconteciam, na maioria, de forma particular, com pouca fiscalização do governo e destinavam-se ao sexo masculino, principalmente porque visavam à profissionalização, o que não era recomendado às mulheres (PASSOS, 1999). Conforme constatou Passos (1999), a educação feminina ministrada naquele momento estava entregue aos colégios religiosos e visava a oferecer uma cultura geral, necessária ao trânsito das mulheres nas esferas sociais e, quando muito, formação para o magistério primário.

No âmbito global, contudo, já se registravam avanços na situação das mulheres, segundo Passos nos indica:

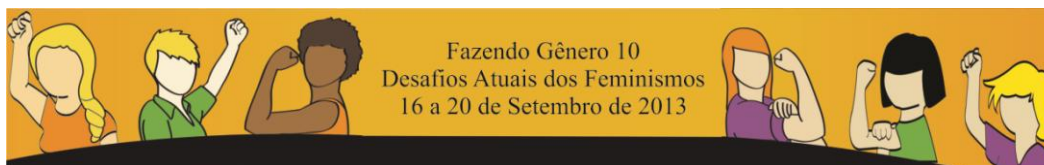


A partir do início do século XX a situação feminina tende a se modificar, principalmente nos países de capitalismo avançado, como a Inglaterra e os Estados Unidos onde havia maior necessidade da força de trabalho. As mulheres começam a vencer o isolamento doméstico e com o preconceito discriminatório. Contudo, nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como o Brasil, só nos anos vinte essa mudança pode iniciar-se, em decorrência das transformações políticas, econômicas e sociais vividas no país (PASSOS, 1997, P. 113).

Nesse contexto educacional repressor, iniciativas importantes foram dadas, que marcaram a trajetória da educação superior baiana. Mesmo constatando que as mudanças mais marcantes na vida das mulheres só aconteceram entre os anos de 1920 e 1930, é importante resgatar que desde 1909, Isaias Alves, acadêmico do curso de Direito, em sintonia com o espírito da época e na defesa da unificação de cursos superiores, encabeçando campanha de criação de Universidades no Brasil, escreveu vários artigos mostrando as vantagens e importância de criação das universidades. Identificava estas como locais que, para além de laboratórios de ciências, eram escolas do espírito público, inspirando coletivamente modos de pensar. Segundo Passos (1997), ele, acreditava e defendia uma educação, não meramente para o exercício de uma profissão, mas de base científica e moral capaz de guiar os jovens à nação. Ele compreendia a educação como fonte de preparação dos indivíduos para o desenvolvimento da tecnologia necessária ao crescimento do país, insistindo na sua de formação moral, objetivos considerados por Passos como de base especulativa, de caráter metafísico, necessários à configuração de um povo e de uma sociedade. A autora ao fazer uma leitura crítica desse contexto e das propostas de Isaias Alves, pontua:

Considerando a educação, em especial a superior, como fonte de ideologização, capaz de transmitir aos indivíduos uma bagagem cultural necessária a configuração do país, como se explicava o contingente feminino ficar fora dela, ainda mais quando sabemos que ele tinha papel importante na educação inicial? (...) nem todas as mulheres eram chamadas a exercer o papel de educadoras. A maioria continuava confinada nos lares, cumprindo a missão de veiculadoras da ideologia dominante como mãe/mestra. Para aquelas que exerciam socialmente, o educador defendia a necessidade de dar-lhes formação compatível, mesmo porque elas seriam as educadoras das mães (PASSOS, 1999, P. 87).

Para a referida autora, não é por acaso que Isaias Alves criticava o ensino meramente científico e defendia sua articulação com a prática. Segundo ela, ele defendia a tese de que a universidade é que faz a escola. Segundo Passos (1999), a preocupação de Alves não era com a universidade em si, mas com o que ela representava enquanto centro de transmissão das verdades científicas e da base ideológica, da moral, ensinamentos basilares para a construção de uma nação. Desse modo, o contingente feminino destinado à multiplicação dessas informações não podia ficar fora dela, mas nela também não podia estar. A autora conclui, pois, que os cursos existentes – Medicina, Engenharia, Direito e outros, destinavam-se aos homens.



Passos (1999) explica também que a sociedade reconhecia a necessidade de proporcionar o aumento da cultura feminina, de fomentar sua formação, mas, desde que fosse em área do chamado saber desinteressado e voltado para ocupações, e não profissões. Ela informa que as mulheres incorporavam esse sentimento e não vivenciavam o de pertencimento aos cursos superiores existentes, fortalecendo a divisão entre os sexos, uma vez que a identidade se constrói, dentre outras formas, pela divisão do trabalho e pelas regras culturais estabelecidas. Tendo em vista essa realidade, o lugar da masculinidade era nas faculdades, nos cursos existentes, enquanto que o da feminilidade, ultrapassando os limites do lar e das escolas religiosas destinadas a esse fim, estava por ser construído.

Segundo Passos, foi a partir da década de 30 que a política governamental em relação à educação começou a se alterar no país. Do mesmo modo, esboçaram-se algumas modificações no imaginário popular em relação ao sexo feminino. Sendo que o primeiro aspecto surgiu nos anos de 1931, com o primeiro estatuto para as universidades brasileiras e nele:

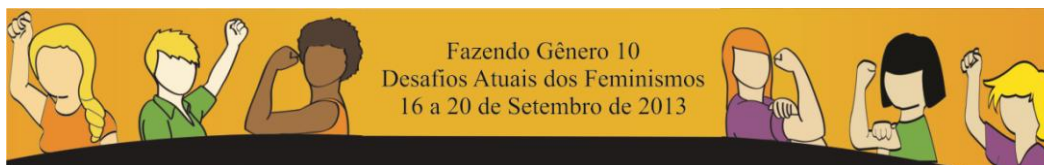
[...] entre os princípios básicos para sua criação, estava a exigência da aglomeração de pelo menos três instituições de ensino superior, exigindo-se a presença dos cursos de medicina, direito e engenharia. A novidade ficava por conta da existência de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como instâncias agregadoras (PASSOS, 1999, P. 89).

Vale ressaltar, que a década de 1930, período de criações de Universidades no País, e a consequente obrigatoriedade de Faculdades de Filosofia na sua constituição, vai significar, um “marco histórico da entrada das mulheres na universidade” (TRIGO, 1994, P. 91, *APUD*, PASSOS, 1999, P. 8). Representará, também, alterações na mentalidade social com certa visibilidade, fruto, inclusive, de reivindicações dos movimentos feministas iniciados no Brasil ainda no século XIX (SARDENBERG; COSTA, 1994).

No entanto no que tange aos aspectos de mudanças relativas ao Estado da Bahia, Salvador, apesar de ter passado, “a partir da década de 30, por grandes modificações no aspecto cultural, nas relações sociais e nos seus aspectos urbanos e econômicos, a situação da mulher continuava quase inalterada” (PASSOS, 1997, P. 114), no campo educacional não se observavam mudanças significativas. De modo que...

em 1940, 56% das mulheres sabiam ler, contra 62% dos homens. Poucas possuíam curso superior e quando isso acontecia, quase sempre, era na área do magistério, da medicina ou da odontologia com consultórios montados em suas próprias residências (PASSOS, 1983, P. 18).

Passos (1997) acrescenta que foi nesse contexto que se organizou a Liga de Educação Cívica nos anos de 1941, depois Sociedade Civil Faculdade de Filosofia, tendo a sua frente o educador Isaias Alves. Assim a criação da Faculdade de Filosofia chegou à Bahia não só alimentada pelos



desejos baianos em formar uma universidade, mas também conforme já mencionamos, pelas exigências da legislação dos anos de 1931.

A abertura da Faculdade de Filosofia, permitirá o ingresso mais expressivo das mulheres no ensino superior na Bahia, o mesmo acontecendo em outros estados onde cursos semelhantes foram criados, tal qual observado por Trigo (1994) em relação a São Paulo.

Mesmo diante do referido acontecimento comum entre as universidades no país, vale destacar que, no caso específico da Bahia, a criação da Faculdade de Filosofia se deu nos anos de 1942 – onze anos após o primeiro estatuto relativo às universidades brasileiras.

Podemos dizer ainda que a abertura das Faculdades de Filosofia representava uma inovação, não só no conteúdo a ser trabalhado como, principalmente, no tipo de clientela que teria: majoritariamente feminina. Sobre esse aspecto, Passos assegura que:

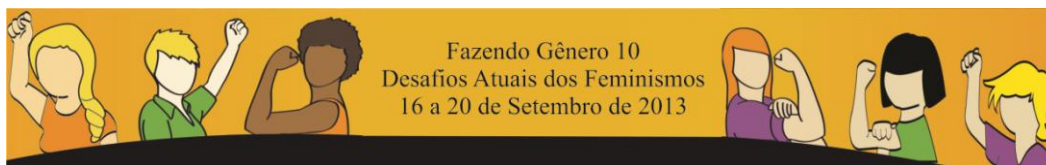
[...] O que era ensinado na Faculdade de Filosofia podia ser identificado com o que ministravam as escolas clássicas, visando à transmissão de uma cultura geral e desinteressada, ao tempo em que, servia para inserir os jovens na atividade social a que se destinavam. Por isso, era mais fácil a sociedade permitir o ingresso das mulheres nos cursos da Faculdade de Filosofia do que em outros cursos, pois não via neles uma ameaça às “funções femininas” de mãe e esposa, nem o seu “desvio” para a profissionalização (PASSOS, 1999, P. 89).

Com efeito, tal ideologia marca o caminho de desigualdades e subalternidade encontrado pelas mulheres de maneira global em nosso país, no que tange ao acesso e grau de instrução na educação formal, desde o nível mais elementar até à superior. Louro (2003) nos indica que a instituição escolar exerceu, desde seus inícios uma ação distintiva, diferenciadora, não apenas por tornar os que nela entravam distintos dos outros (daqueles/as que a ela não tinha acesso), mas também por dividir internamente os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização.

Para Passos, tais atitudes sexistas produzem consequências no campo profissional. As mulheres são levadas a carreiras mal remuneradas e limitadoras, de menor prestígio, ainda que tenham o mesmo nível de escolarização. De modo que...

a partir dos anos 70, com a Reforma Universitária, teoricamente, as condições de ingresso das mulheres nos cursos universitários passaram a ser as mesmas que os homens. Indiscutivelmente, aumentou o número das que ingressam nos cursos universitários, porém, elas continuaram ocupando os cursos de menor prestígio e de menor interesse masculino (PASSOS, 1997, P. 116).

Contudo, “embora vivenciando várias formas de alijamento, as mulheres não têm cedido passivamente a esse processo, pois, apesar de tudo, vêm se movendo e reagindo ao confinamento doméstico, projetando-se no mundo público” (LIMA E CARDOSO, 1997, p. 28), lutando



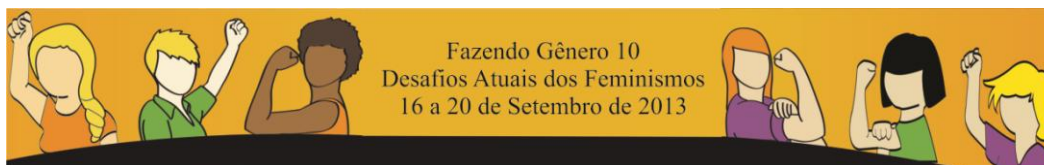
paulatinamente pelo acesso à educação, ao ensino superior e ao ingresso em carreiras consideradas masculinas. Mesmo porque os desafios sempre foram recorrentes.

O histórico da Universidade Federal da Bahia (UFBA) entra no cenário da década de 40 (século XX), sendo criada em 1946 (quatro anos após a criação da Faculdade de Filosofia) sob a administração de Edgar Rego Santos. Tanto a sua fundação quanto o investimento na sua infraestrutura, foi influenciada pela descoberta do petróleo no Recôncavo Baiano. A UFBA nesse momento torna-se um instrumento para a ampliação dos contatos e intercâmbios dos países com os principais centros científicos e universitários do Brasil e do exterior, possibilitando a vinda de professores estrangeiros para ministrar cursos, o que possibilitou condições para se criar centros de pesquisas como o laboratório de geomorfologia e estudos regionais (CONCEIÇÃO E SARDENBERG, 1994).

Nesse período, o ensino de nível superior teve um crescimento significativo, não só no Estado da Bahia, mas em todo o país. Nos anos de 1950, ocorria a expansão educacional no Brasil, proporcionando um aumento significativo das oportunidades de acesso à escola, sendo as mulheres o grupo mais beneficiado. Elas partem de uma situação altamente desigual em 1950, para em 1980 dividirem equitativamente com os homens as possibilidades de acesso à escola, ultrapassando-os no ensino básico e se igualando no ensino superior (LIMA, 1995). De acordo com Lima e Cardoso (199, p. 30) “na América do Sul, o Brasil foi o país que apresentou a taxa mais elevada de crescimento anual de estudantes universitário (17,8%), destacando aí o acesso das mulheres”.

Nesse contexto, Lima (1995) adverte, no entanto, que ao se lançar um olhar mais detalhado para a inserção feminina no ensino universitário nos 1980, nota-se que permanece a tendência de uma significativa parcela dessas mulheres a se concentrarem em áreas consideradas tipicamente femininas, de *status* inferior e menos valorizadas no mercado de trabalho. De fato, as matrículas femininas permaneciam então concentradas na área das Ciências Humanas (53%), seguida pela das Ciências Biológicas (40,6%) e, por último, das Exatas (18,2%).

Semelhante tendência também será verificada na UFBA, onde o acesso da mulher aos cursos da área das ciências exatas e tecnológicas sempre foi limitado. Mesmo com os avanços obtidos pela mulher no que tange aos direitos e acesso educacionais, ainda existem espaços profissionais que a sociedade resguarda como áreas masculinas, conforme atestando diferentes estudos sobre a participação feminina nos primeiros 40 anos da UFBA (CONCEIÇÃO; SARDENBERG, 1994; PASSOS, 1997; 1999; BARROS; SARDENBERG, 2000).



Os estudos realizados acrescentam ainda que, o período que converge entre a criação da UFBA – 1946 até os anos de 1985, possibilitou compreender que o significado da educação estava inserido nos interesses da ideologia dominante (homem, branco, burguês), na qual o papel feminino continuava sendo diminuído socialmente. As mulheres continuavam circunscritas à área estabelecida pela ideologia educacional. Concluem que, os dados pesquisados no contexto da UFBA não estão fora dessa realidade. Pelo contrário, os direitos e ideologias de gênero persistem de forma assimétrica, mesmo diante das lutas e conquistas das mulheres.

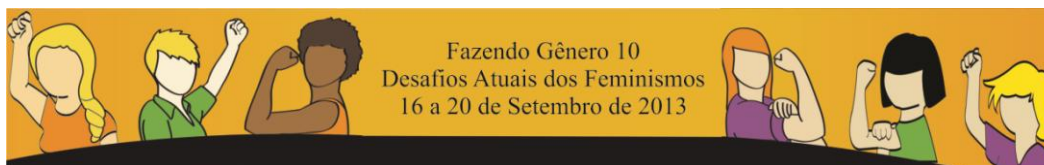
No período de 1985-1995, embora não se tenha registrado políticas de incentivo a participação feminina nas universidades, observou-se um grande crescimento da sua presença na UFBA, chegando as mulheres, no corpo discente, a quase se igualar à presença masculina. Ademais, malgrado a tendência à concentração de mulheres em determinadas áreas ter se mantido, verificou-se um aumento expressivo das mulheres nos cursos da área de saúde, com destaque para medicina e odontologia

Segundo as inferências de Nascimento, Ferreira e Batista (1997, p. 163), O século XXI traria por parte das mulheres e dos outros atores sociais a certeza de que seria preciso “ousar no deslocamento do lugar que historicamente foi atribuído ao sexo feminino – o lugar do privado/doméstico”. Isto porque, de acordo com as autoras, adentrar a esfera pública para as mulheres não tem sido um processo linear, ao contrário, os avanços e recuos são constantes por conta do suporte ideológico e material que cria e recria as relações sociais de dominação, que incluem as relações de gênero.

Consequentemente, a discussão sobre relações de gênero e o acesso à educação nos leva a visualizar o possível crescimento das mulheres no meio social, como também problematizarmos as desigualdades existentes nesses espaços, expressas pelas relações de gênero, e ainda, o modo como as instituições têm tratado e incorporado em suas dinâmicas de trabalho as diferenças – por um lado favorecendo o “desempoderamento” das mulheres, e por outro, a resistência e luta das mulheres que vêm modificando, pouco a pouco, esses espaços.

Considerações Finais

Sabemos que muitas são as Instituições de Educação Superiores (IES) que veem desenvolvendo suas trajetórias e sediando estudos neste sentido, mas as desigualdades ainda persistem. Essas instituições precisam, de antemão, alcançar outros espaços sociais e refletir sobre



sua própria estrutura. Conforme Scott (1995), o gênero é uma construção social e histórica de homens e mulheres que se dá em muitas instâncias sociais.

Com a proposta de estudo em desenvolvimento, interessa-nos conhecer a trajetória da vida pública das mulheres – sobretudo nas IFES e saber como elas adentraram a esses espaços como estudantes e profissionais, bem como, conhecermos as estratégias que elas usam/e se usam, para mudanças de comportamentos/relações nesses espaços, abordando as resistências, as lutas e mudanças alcançadas pelas mulheres nos espaços de poder universitários.

Referências

BARROS, Zelinda E SARDENBERG, Cecília. **Visibilizando o “Invisível”: a presença de mulheres negras numa instituição de ensino superior (1960-69)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, 2000.

BRASIL. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese da PNAD (2008)**; Divulgação de dados 2009 e 2010.

CONCEIÇÃO, R. C. dos Santos, E SARDENBERG, Cecília M. Bacellar. **Mulheres na Universidade: um estudo sobre a evolução da participação estudantil feminina nos 40 anos da UFBA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, 1994.

COSTA, Ana Alice. Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres. **A química das Mulheres**. Salvador, p. 20 - 21, 08 mar. 2004. <http://www.agende.org.br/docs>. Acesso 11-jun-2012.

FRASER, Nancy Reconhecimento Sem Ética? *Lua Nova*, São Paulo, 70: 101-138, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>.

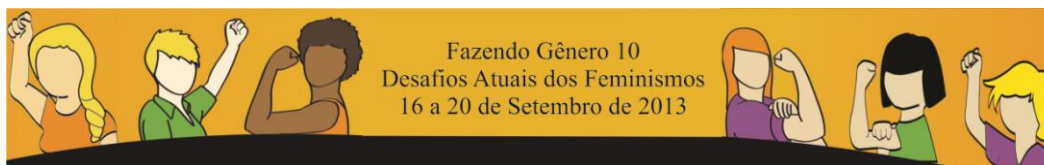
GADOL, Joan Kelly (org). La Relación Social Entres los Sexos; implicaciones metodológicas de la história de las mujeres. In. ESCADÓN, C. R. (org). **Gênero e História**. México: Instituto Mora/UAM. 1992. P.123-141.

HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 5, p. 07-42, 1995.

HARDING, Sandra. “Rethinking Standpoint Epistemology: What is Strong Objectivity?”. IN: KELLER, Evelyn Fox & LONGINO, Helen E, (eds.), **Feminism & Science**, Oxford: Oxford University Press, 1996, pp. 235-248.

JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan. **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

LERNER, Gerda. El Orígem do Patriarcado (cap. 11). **La Creación do Patriarcado**. Barcelona: Ed. Crítica. 1990. P. 310-330.



LIMA, Nádía R. de B e CARDOSO, Elvira B. Gênero e Universidade em Alagoas. In. : PASSOS. Elizete S. et al. **Um Mundo Dividido: O Gênero nas Universidades do Norte e Nordeste** (orgs.). Salvador: UFBA, 1997.

LIMA, Márcia. **Trajatória Educacional e Realização Sócio-Econômica das Mulheres Negras**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, Vol.3, N. 2, 1995, pp. 489-495.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Magistério: Identidade, História Representação. Depto. Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: CANTANI, Denice Bárbara e al. (org) **Docência, Memória e Gênero: estudos sobre formação**. 4. ed. – São Paulo: Escrituras Editora, 2003.

NASCIMENTO, Silvani. M. do; FERREIRA, Maria M e BATISTA, Ieda C. **GÊNERO E UNIVERSIDADE: Uma abordagem na UFMA**. In. : PASSOS. Elizete S. et al. **Um Mundo Dividido: O Gênero nas Universidades do Norte e Nordeste** (orgs.). Salvador: UFBA, 1997.

PASSOS. Elizete S. A Mulher na Universidade Federal da Bahia. In.: PASSOS. Elizete S. In.: PASSOS. Elizete S. et al. **Um Mundo Dividido: O Gênero nas Universidades do Norte e Nordeste** (orgs.). Salvador: UFBA, 1997.

_____. **PALCOS E PLATÉIAS. As Representações de Gênero na Faculdade de Filosofia**. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1999. Coleção Bahianas 4. 222p.

PERROT, M. Escrever a história das mulheres. In: **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. Os Feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. **Labrys, Estudos Feministas**. Número 3, janeiro/julho 2003.

ROSEMBERG, Fulvia; MADSEN, Nina (2011). “Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo”. In: J. Pitanguy e L. Barsted (orgs.), **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres.

SAFFIOTI, Heleieth, “Rearticulando Gênero e Classe.” In: Costa, A. O & Bruschini, C.(orgs.), **Uma Questão de Gênero**, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992, pp.:183-215.

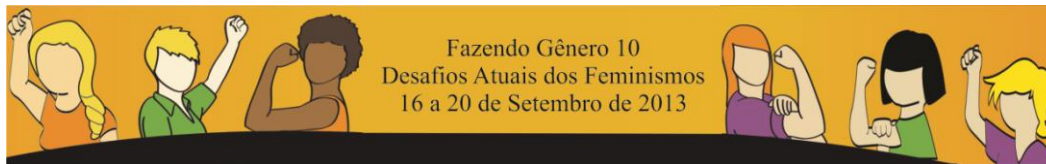
SARDENBERG, Cecília e COSTA, Ana Alice. Feminismos, Feministas e Movimentos Sociais. **Revista Baiana de Enfermagem**. Salvador, V. 6, n 2, Outubro, 1993.

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. **IN: Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p.71-99, jul/dez. 1995.

TRIGO, Maria Helena Bueno. A Mulher Universitária: Códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, Maria Cristina. **Novos Olhares: Mulheres e Relações de Gênero no Brasil**. São Paulo: Marco zero, 1994, 285 p. (Fundação Carlos Chagas).

Enables visualization woman in public space: the presence of women in universities

Abstract: This work is configured as the initial process of writing my dissertation, whose theme is - "University and Gender Relations: Women's Access to and experiences in Instances of Power,"



being developed in the Program of Interdisciplinary Studies Women, Gender and Feminism (PPG / NEIM / UFBA). It aims to analyze how gender relations are articulated in positions of power (executive and deliberative), identifying ways of access and occupation of these instances, as well as the experiences of women in the exercise of their functions. Here, I proposal seeks to contextualize the historical and cultural construction of gender relations in the Federal Institutions of Higher Learning- IFES, discussing the changes between the XX and XXI centuries regarding the participation of women (universities), bringing the history of the Federal University of Bahia - UFBA as a tool of analysis and reflection, from a feminist viewpoint. It also aims at discussing the need to higher visualize women in public spaces, interrogating women's educational process in Brazil and their access to education.

Keywords: Women. Public Spaces. Visibility / invisibility. Education.